



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)

Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM)

Secretaria Executiva

UNIDADE REGIONAL COLEGIADA DO RIO DAS VELHAS

Ata da 102ª reunião, realizada em 23 de fevereiro de 2017

1 Em 23 de fevereiro de 2017, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional
2 Colegiada do Rio das Velhas (URC Velhas) do Conselho Estadual de Política
3 Ambiental (COPAM), em Belo Horizonte, Minas Gerais. Participaram os
4 seguintes membros titulares e suplentes: o presidente suplente Breno Esteves
5 Lasmar, representante da SEMAD. Representantes do poder público: Fabrícia
6 Ferraz Mateus Lopes, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
7 Abastecimento (Seapa); Daniel Rennó Tenenwurcel, da Secretaria de Estado
8 de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
9 (Sedectes); Letícia Capistrano Campos, da Secretaria de Estado de Governo
10 (Segov); Andrea Leite Rios, da Secretaria de Estado de Cidades e de
11 Integração Regional (Secir); Leonardo Carvalho Ladeira, da Secretaria de
12 Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Deyse Tatiane dos Santos, da
13 Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop); Francisco
14 Chaves Generoso, do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG); Adenilson
15 Brito Ferreira, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). Representantes da
16 sociedade civil: Paula Meireles Aguiar, da Federação das Indústrias do Estado
17 de Minas Gerais (Fiemg); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da
18 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Eduardo Antônio
19 Arantes do Nascimento, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do
20 Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Júlio César Nery Ferreira, do Sindicato da
21 Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra); Danilo Vieira Júnior,
22 do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Codema) de município situado na
23 circunscrição territorial da URC Rio das Velhas, oriundo de segmento da
24 sociedade civil; Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, do Fórum Nacional da
25 Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc); Júlio César
26 Dutra Grillo, da Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca);
27 Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e
28 Ambiental (Abes/MG); Leonardo José Resende Teixeira, do Conselho
29 Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea/MG); Bruno
30 Baeta Ligório, do Sindicato das Empresas de Construção Pesada de Minas
31 Gerais (Sicepot). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**
32 **BRASILEIRO**. Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA**. O
33 presidente Breno Esteves Lasmar declarou aberta a 102ª reunião da Unidade
34 Regional Colegiada do Rio das Velhas. **3) COMUNICADOS DOS**
35 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS**. Conselheira Maria Teresa Viana
36 de Freitas Corujo: “Eu estou trazendo três informes que têm a ver com a
37 nossa URC. Nós tivemos, nos últimos dois meses, três situações

38 preocupantes, e eu estou manifestando aqui sobre essa questão. Nós tivemos
39 conhecimento, há dois dias, de uma situação que envolveu impactos para
40 Mata Porcos, na bacia do Velhas. Situações envolvendo sedimentos na Mina
41 de Fábrica, da Vale. E essas situações que envolveram a vertente da CSN,
42 em Congonhas, na bacia do Paraopeba. Teve uma questão envolvendo o
43 dreno de fundo da Barragem Forquilha IV, que chegou ao ribeirão Mata
44 Porcos uma quantidade de sedimentos. A segunda situação tem a ver com
45 um assunto que eu trouxe como conselheira na reunião de dezembro. Foi
46 aprovada uma moção para que houvesse uma vistoria na Mundo Mineração,
47 em Rio Acima, por causa das chuvas nesta época de chuva. No dia 14 agora,
48 a nossa preocupação como sociedade é tão grande que, inclusive, o Rodrigo
49 Lemos, do CBH Velhas, foi lá. Foram ver como estava, e estava tudo
50 abandonado. Nessa vistoria, ele tirou, através dos pontos da FEAM, onde
51 houve todo o acompanhamento para ver essa situação das duas barragens.
52 Mas o que é preocupante, o que ele descreve dessa ida lá, que na porção
53 norte da Barragem Velha foi localizada uma área intensa e contínua de
54 infiltração de água, que seguia pela estrada que dá acesso à cava. O volume
55 de água não pode ser medido, mas, em termos comparativos, seria mais ou
56 menos 1,5 litro por segundo. Todo esse volume de água indica a possibilidade
57 de que a impermeabilização da Barragem Velha está com problemas e que a
58 água está percolando e encontrando essa saída como escoamento
59 preferencial. A água escoada está indo diretamente para a cava abandonada,
60 de forma que os materiais lixiviados estão sendo carreados diretamente para
61 o corpo hídrico lântico e que tem contato direto com o lençol freático. É
62 importante ressaltar que essa cava da Mundo é tão grave que já houve até,
63 por parte do Estado, encaminhamento. A Copasa contratou uma empresa.
64 Teve o edital de 14 de abril do ano passado. E era para realmente tratar das
65 questões de adequação da drenagem. O Estado, desde o ano passado,
66 informa que ainda não há recurso para tratar desse passivo, mas que foi
67 cuidado do aspecto de drenagem. Nessa ida lá, na semana passada, a
68 situação está realmente muito perigosa. São duas bacias que têm a ver com
69 mineração de ouro. Esse é um assunto que já está de preocupação desde
70 2010. O CBH Velhas, desde 2010, já vinha preocupado com a implantação
71 desse empreendimento ali, com acompanhamento. Inclusive, isso tem que
72 ficar registrado porque, desde 2014, a FEAM, o NEA, que é o Núcleo de
73 Emergência Ambiental, fez uma apresentação aqui nesta sala, quando no ano
74 passado nós demandamos informações sobre a Mundo Mineração. E o
75 Sisema nos apresentou, e nessa apresentação estava o histórico. Em 19 de
76 setembro de 2014, primeira fiscalização: 'Constatadas a situação de
77 abandono da barragem, presença de erosões e ausência de borda livre'. A
78 Mundo Mineração fica há 2 mil metros e pouco do rio das Velhas, no sentido
79 de Bela Fama, depois de Rio Acima. Fica aproximadamente a 7 km de Bela
80 Fama, responsável por 70% do abastecimento de Belo Horizonte. Então, essa

81 situação, que desde 2014 já se sabia que não tinha borda livre, e que foi
82 necessário a sociedade ficar demandando, cobrando, postando na internet,
83 que houve uma fiscalização, foi feita uma obra de controle de drenagem, e
84 está de novo sem acompanhamento. E quando o Rodrigo foi lá com o
85 vereador de Rio Acima vistoriar, está de novo tendo uma situação de
86 drenagem de água que pode colocar em risco esse lugar. O terceiro informe é
87 sobre essa linha de transmissão que foi licenciada nesta semana. Nós vamos
88 entrar com algum encaminhamento jurídico sobre isso. Essa linha de
89 transmissão – nós estamos falando aqui na URC do Velhas –, o traçado dela,
90 escolhido, é ao longo, precisamente, da faixa muito próxima do próprio rio das
91 Velhas. Segundo o Estudo de Impacto Ambiental, vai passar por cima, em
92 média, em torno de cento e poucos cursos d'água dessa bacia do Alto Velhas.
93 Por que eu estou trazendo aqui? Esta URC tem a ver com o Alto Velhas, e o
94 que passa por aqui, embora não seja mais licenciamento, porque agora está
95 na Câmara, nós aqui, pelo que está nas prerrogativas deste Conselho,
96 podemos, inclusive, propor ao COPAM questões ou propostas relacionadas
97 com esse território. Então, eu estou falando que nas últimas duas semanas
98 houve três situações graves nesta URC, que vieram de licenciamentos ou que
99 vão ser oriundas de licenciamentos e que colocam em risco a questão hídrica
100 da região metropolitana. Então, eu queria que ficasse registrado, eu vou
101 disponibilizar a apresentação. Se for possível pôr no site, inclusive, é
102 importante.” Presidente Breno Esteves Lasmar: “Eu gostaria apenas de
103 registrar que em outras oportunidades nós já trouxemos aqui o assunto da
104 Mundo Mineração apresentando ações que foram realizadas, por parte do
105 Estado, para diminuir os riscos e um pouco do problema que está instalado
106 naquela situação. Nós temos uma ação judicial em que o Estado, inicialmente,
107 era o autor. Depois houve uma ação por parte do MP em que o Estado se
108 tornou réu. E nós estamos atendendo as determinações da liminar concedida.
109 Eu não tenho aqui agora as informações suficientes para esclarecer os
110 conselheiros todas as medidas que foram tomadas, mas gostaria de pedir à
111 equipe de apoio, e, na próxima reunião, podemos convidar as pessoas que
112 estão diretamente relacionadas com esse tema para que possam apresentar
113 para os senhores tudo que está sendo feito, quais são as ações, todos os
114 acordos que nós já fechamos com outros órgãos que estão nos auxiliando na
115 solução do caso. E com isso às vezes conseguimos trazer um pouco mais de
116 informação e tranquilidade aos senhores.” Conselheiro Júlio César Dutra
117 Grillo: “Meu nome é Júlio Grillo, eu já participei dos conselhos estaduais de
118 meio ambiente, mas estou afastado dos conselhos há uns 15 anos. Na última
119 vez que eu participei, eu estava no Conselho Estadual de Recursos Hídricos,
120 e nessa época o José Claudio Junqueira era o presidente da FEAM. Na posse
121 dos conselheiros do COPAM, ele foi apresentado e acompanhado em seu
122 discurso pelo secretário adjunto de Estado de Meio Ambiente e
123 Desenvolvimento Sustentável. As sugestões a seguir estão baseadas no

124 discurso realizado pelo José Claudio naquela oportunidade. Ele disse que ‘o
125 COPAM não deveria se limitar às análises de licenciamentos, devendo
126 também estabelecer metas para a melhoria da qualidade ambiental no Estado
127 de Minas Gerais. A Lei 21.972, que dispõe sobre o Sistema Estadual, na sua
128 seção VI, diz que ‘o Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) tem
129 por finalidade deliberar sobre diretrizes e políticas e estabelecer normas
130 regulamentares e técnicas, padrões e outras medidas de caráter operacional;
131 aprovar normas relativas ao licenciamento, às Autorizações para Intervenção
132 Ambiental, inclusive, quanto à tipologia; definir os tipos de atividades ou
133 empreendimentos que causam ou possam causar impacto ambiental,
134 considerando critério de localização, porte, potencial e natureza da atividade
135 ou empreendimento; decidir, por meio de suas Câmaras Técnicas, sobre o
136 processo de licenciamento ambiental nos casos em que houver supressão de
137 vegetação em estágio de regeneração Médio ou Avançado, em áreas
138 prioritárias para conservação da biodiversidade’. Nesse caso, eu queria falar
139 sobre corredores ecológicos, é o que eu vou abordar em seguida. No capítulo
140 II, do Licenciamento Ambiental, ‘o Estado poderá delegar aos municípios a
141 competência para promover o licenciamento. Não serão objeto de delegações
142 para os municípios as atividades e empreendimentos considerados de
143 interesse público do Estado, conforme disposto em decreto’. Quem determina
144 o interesse público do Estado, pelo que eu consegui entender da legislação,
145 os advogados que eu consultei me dizem que é resultado do COPAM, do
146 Conselho de Política Ambiental do Estado. O COPAM pode, perfeitamente, e
147 tem o respaldo, ‘criar a defender a existência de corredores ecológicos na
148 RMBH e no restante da bacia do Velhas’. Esses corredores estão
149 praticamente extintos, por falta de uma visão mais global sobre o assunto e
150 pela relação, que eu acho que é promíscua, entre os financiadores de
151 campanhas políticas e os políticos eleitos. Isso faz com que os nossos
152 corredores ecológicos, na região metropolitana de Belo Horizonte, quase não
153 existam mais. Nós temos um único, último, corredor ainda existente na região
154 metropolitana de Belo Horizonte e que está sofrendo ataques de todos os
155 tipos, e nós não conseguimos obter um apoio para preservá-los. Os
156 licenciamentos são realizados pontualmente, sem que se verifique o impacto
157 de cada licenciamento sobre os corredores. Então, você pega um lote de
158 1.000 m e autoriza o sujeito desmatar, mas aqueles 1.000 m interrompem o
159 corredor ecológico. A coisa não pode ser assim. O governo do Estado de
160 Minas Gerais e o COPAM têm se omitido na proteção dos corredores
161 ecológicos. E aqui eu queria frisar que um dos motivos de eu ter postulado a
162 candidatura a conselheiro do COPAM foi a forma absolutamente negligente
163 como eu vi o COPAM se comportar em relação à segurança hídrica da bacia
164 do Alto Velhas. Deveria estabelecer as áreas que interessam do ponto de
165 vista de proteção dos corredores ecológicos e dedicar maior atenção aos
166 licenciamentos impactos sobre os sistemas. Proponho que se faça um convite

167 ao IEF para que se manifeste sobre a questão dos corredores ecológicos da
168 região metropolitana de Belo Horizonte. Já que tem um estudo feito sobre os
169 corredores ecológicos, que é de 98, e de lá para cá não consegue sair da
170 gaveta de jeito nenhum. Pode também garantir a segurança hídrica e a
171 qualidade da água na bacia do Alto Velhas, na região metropolitana de Belo
172 Horizonte. Nem a Copasa nem o IGAM tem uma estimativa confiável sobre os
173 impactos acumulados dos licenciamentos e outorgas já realizados sobre a
174 captação de Bela Fama. Proponho que se faça um convite à Copasa e ao
175 IGAM para que se manifestem sobre os impactos acumulados dos
176 licenciamentos e outorgas já concedidos sob a captação de Bela Fama e
177 como o aumento previsto para captação na bacia do Paraopeba poderia
178 compensar essas perdas. A minha formação é na área de exatas, e a conta
179 não fecha, Belo Horizonte vai ficar sem água. Eu acho que é obrigação e
180 responsabilidade de quem está aqui nesta mesa agir no sentido da segurança
181 hídrica da região metropolitana de Belo Horizonte. Outro item desejado seria
182 alterar os critérios do licenciamento ambiental e de tratamento dos efluentes,
183 na parte relativa à qualidade das águas dos mananciais da região. O próximo
184 item seria a melhoria da qualidade do ar na RMBH. Parece ser uma coisa
185 boba, mas não é assim. Sabemos que a baixa qualidade do ar corresponde a
186 um número maior de falecimentos e um custo maior para o sistema de saúde.
187 Recentemente, foi divulgado que em cidades como Paris ou São Paulo, por
188 exemplo, a expectativa de vida pode ser reduzida em até 3,2 anos como
189 consequência da poluição do ar, só por termos uma matriz energética nos
190 transportes públicos equivocada. Uma ação que resultaria em grade melhoria
191 na qualidade do ar seria a troca da matriz energética dos transportes públicos
192 na RMBH, substituindo os veículos destinados ao transporte público que usem
193 combustíveis fósseis e veículos com baixas emissões de poluentes. A meta
194 poderia ser a substituição gradual da matriz energética dos transportes
195 públicos. Considerando os argumentos apresentados, eu solicito, como
196 conselheiro, a inclusão, na pauta de uma das nossas próximas reuniões, do
197 tema segurança hídrica na RMBH, convidando a Copasa e o IGAM. Nessa
198 reunião, eu precisaria de 20 minutos para apresentar o problema, porque eu
199 tenho um estudo realizado a respeito, e sugiro que tanto a Copasa quanto o
200 IGAM tenham 20 minutos para apresentar as respostas aos questionamentos
201 que serão apresentados. A inclusão, na pauta de uma das próximas reuniões,
202 do tema 'corredores ecológicos na região metropolitana de Belo Horizonte',
203 convidando o IEF e a FEAM. Nessa reunião, eu precisaria de 20 minutos para
204 apresentar o problema, e sugiro que o IEF tenha 20 minutos para apresentar
205 as respostas. A inclusão, na pauta de uma das próximas reuniões, do tema
206 'qualidade do ar na RMBH', convidando a BHTrans. Nessa reunião, eu
207 precisaria de 10 minutos para apresentar o problema, e sugiro que a BHTrans
208 tenha 20 minutos para apresentar as respostas aos questionamentos. Eu
209 tenho todas essas três apresentações já prontas e preparadas para

210 apresentar em uma reunião específica.” Presidente Breno Esteves Lasmar:
211 “Além do compromisso com a conselheira Maria Teresa Corujo, referente à
212 Mundo Mineração, nós teríamos convite ao IEF para tratar dos corredores
213 ecológicos, convite à Copasa e ao IGAM para tratar de segurança hídrica na
214 região metropolitana e um convite à BHTrans – e eu sugiro que possamos
215 convidar também a FEAM – para tratar da qualidade do ar da RMBH, uma vez
216 que possuem um trabalho de destaque na área. Eu gostaria de sugerir uma
217 alteração na metodologia proposta. Que pudéssemos, previamente,
218 apresentar os seus estudos ou as suas dúvidas aos órgãos, para que possam,
219 com um tempo razoável, se preparar para trazer as respostas, que às vezes,
220 na oportunidade da dúvida suscitada, não vão ter de imediato. Fica a
221 sugestão. Nós vamos verificar a disponibilidade de pauta para que possamos
222 fazer esse atendimento.” Conselheira Letícia Capistrano Campos: “Eu sugiro
223 convidar a Agência de Desenvolvimento da RMBH também, porque eles,
224 salvo engano, têm projetos relacionados a isso. Eu me lembro de ter visto.
225 Inclusive, com relação ao programa Plantando o Futuro, da Codemig.”
226 Conselheiro Leonardo Carvalho Ladeira: “Sr. Júlio César, eu acho que o
227 senhor foi bem certo, porque eu conheço, e, de fato, não foi apresentado
228 aqui, por isso o senhor está propondo trazer para cá. Mas, por ocasião da
229 crise hídrica de 2014 e 2015, nós fizemos uma força-tarefa no governo, e a
230 Copasa e o IGAM, com certeza, têm esses estudos para trazer. Eu acho que
231 é certo o convite a eles e que eles vão conseguir atender a sua
232 expectativa.” Presidente Breno Esteves Lasmar: “Eu vou sugerir que
233 possamos, através do contato que temos dos conselheiros, encaminhar uma
234 minuta da programação desse debate, para que possamos pensar, de acordo
235 com a nossa disponibilidade de pauta, em realizar um trabalho com pessoas
236 que, eventualmente, possam também contribuir com esses temas. E
237 convidamos quem mais puder trazer informação e auxiliar este Colegiado.”
238 Conselheiro Leonardo Carvalho Ladeira: “Outra sugestão é que esse tema é
239 semelhante para a URC Paraopeba também. Então, talvez, uma reunião
240 conjunta das URCs.” Presidente Breno Esteves Lasmar: “Nós podemos fazer
241 a avaliação de uma reunião conjunta e vamos tratar, então, do tema
242 programando, eventualmente, um seminário sobre o assunto, sobre esses
243 temas todos, para um dia em que possamos vir com uma pauta exclusiva.
244 Porque eu acredito que vá gerar um debate bem interessante, e então
245 possamos tratar de tudo sem prejuízo das demais atividades do Colegiado, o
246 que eu acredito que vai só contribuir com o nosso trabalho.” Conselheira
247 Paula Meireles Aguiar: “Só para contribuir também. Conforme já colocado,
248 que possamos em conjunto definir essa programação, porque tem outros
249 atores que teriam interesse, como o próprio setor mineral e industrial. Eu acho
250 que é muito importante debater isso, e nós gostaríamos também de
251 participar.” Presidente Breno Esteves Lasmar: “Então, nós vamos programar
252 esse trabalho e articular, com todos os senhores, a programação e as

253 possíveis datas para que possamos realizar.” **4) EXAME DA ATA DA 101ª**
254 **REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 101ª reunião da URC Rio das
255 Velhas, realizada em 16 de dezembro de 2016, com abstenções dos
256 conselheiros Francisco Chaves Generoso e Júlio César Dutra Grillo. **5)**
257 **ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**
258 **(COPAM), DE QUE TRATA O DECRETO 46.953 DE 23 DE JANEIRO DE**
259 **2016. Apresentação: Supram Central Metropolitana.** Item sobrestado,
260 devendo a apresentação ser pautada para a próxima reunião da URC. **6)**
261 **REGIMENTO INTERNO DO COPAM.** Bruno Malta, da Assessoria de Normas
262 e Procedimentos da SEMAD, fez apresentação do Regimento Interno do
263 COPAM destacando as principais diretrizes para o funcionamento dos
264 Colegiados. Ao fim da exposição, o presidente Breno Esteves Lasmar
265 registrou agradecimentos ao servidor da SEMAD: “Eu quero agradecer ao
266 Bruno pela exposição que foi feita, registrar novamente o meu pesar por sua
267 decisão. O Bruno, infelizmente, está deixando o Sistema de Meio Ambiente.
268 Eu queria registrar aqui publicamente o meu pesar por essa decisão e ao
269 mesmo tempo desejar sucesso, sorte, felicidade na nova empreitada que está
270 assumindo.” **7) CÓDIGO DE ÉTICA.** Rosa Maria Cruz Laender Costa,
271 servidora da SEMAD, fez exposição sobre o Código de Conduta Ética
272 profissional dos agentes públicos e da alta administração. Destacou a atuação
273 do Conselho de Ética Pública, subordinado diretamente ao governo do
274 Estado, e das Comissões de Ética de todos os órgãos da administração
275 pública. No caso do Sisema, informou que são quatro comissões, sendo as
276 Comissões de Ética do IEF, da FEAM, do IGAM e da SEMAD, cujos
277 integrantes são indicados pelo dirigente máximo de cada Casa, e que o
278 trabalho é realizado de maneira independente, atuando com denúncias
279 fundamentadas, e de forma sigilosa. A representante da SEMAD explicou
280 ainda, para orientação dos conselheiros, como é realizado o trabalho das
281 Comissões de Ética, detalhando seu funcionamento, conceitos e forma de
282 atuação. Ao término da exposição, se colocou à disposição para eventuais
283 esclarecimentos. Em seguida, a conselheira Maria Teresa Viana de Freitas
284 Corujo registrou a seguinte manifestação a respeito das formas como a
285 sociedade civil pode demandar ações da Comissão de Ética. “A sociedade
286 não está toda no mesmo prédio, como é o Estado, que tem uma articulação. A
287 sociedade, diante de uma situação, pode. Uma acha que é por aqui o
288 caminho, e outra organização acha que é ali. E a própria entidade, diante do
289 que nós vemos de não ter soluções, e diante de questões que não são
290 encaminhadas, nós mandamos para a FEAM, o NEA, o CBH Velhas, porque o
291 que importa é percebermos que estão sendo tomadas providências. Eu
292 lamento que, internamente, no Sisema – imagino para vocês funcionários
293 como deve estar sendo difícil – a situação esteja nesse ponto de falta de
294 integração. Eu lembro que, na época em que foi feita a mudança grave da
295 legislação ambiental e de toda a estrutura, um dos argumentos do governo foi

296 otimizar, tornar mais eficaz a gestão ambiental, transformar a gestão
297 ambiental em uma questão mais realmente consentida. E vocês precisam
298 encontrar dentro do Estado um protocolo para que o que chegar de
299 denúncias, independentemente se chegam a um setor, seja encaminhado
300 internamente, rápido, para quem tem a competência.” Rosa Maria Cruz
301 Laender Costa/SEMAD informou que foi criado um Núcleo para centralizar
302 todas as denúncias e requisições dos órgãos de controle. “Tem alguns que
303 nos demandam, e as pessoas se sentem na urgência de atender. E na
304 urgência, às vezes, não se articula. Mas não é culpa da falta de integração,
305 mas da importância que veem no assunto e da necessidade de atenderem e
306 não deixarem aquele denunciante sem resposta. Então, já vimos alguns casos
307 aqui, e temos vários casos para contar. É uma solicitação que estamos
308 fazendo pela importância do assunto, dada a necessidade de atender, pela
309 importância que é vista. Tentando agilizar o processo, aí cada um manda a
310 sua equipe. Temos que tentar centralizar, mas, se em alguns casos quiserem
311 levar ao conhecimento do secretário, então deixamos livre.” **8) PROCESSO**
312 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO. 8.1) Novelis do Brasil**
313 **Ltda. Geração e fornecimento de energia elétrica. Mariana/MG. PA**
314 **00436/1997/002/1999. Classe: 3. Apresentação: Supram Central**
315 **Metropolitana. Retorno de vista: conselheira Paula Meireles Aguiar.**
316 Processo baixado em diligência pela Presidência conforme solicitação da
317 conselheira representante da Fiemg. Conselheira Paula Meireles Aguiar: “A
318 minha dúvida é só com relação a datas. O processo foi arquivado porque, pela
319 informação constante, o prazo para entrega das informações complementares
320 foi expirado em alguns dias. Mas a minha dúvida ficou porque se trata de um
321 processo muito antigo e considerando a Resolução Conjunta
322 IEF/SEMAD/IGAM/FEAM 2288/2015, que fala do passivo. Apesar de a
323 Resolução pegar uma grande faixa, eu não acredito que este processo não
324 entrava nisso. A minha dúvida é essa. Porque ele teve um julgamento
325 anterior, mas depois continuou o processo, por causa do recurso.
326 Considerando que o empreendimento não está implantado e que, a princípio,
327 o parecer da Supram é pelo indeferimento, a minha sugestão seria para baixar
328 em diligência, para que a Supram verificasse a possibilidade, não para
329 retomar a análise, mas para verificar se o processo enquadraria nessa norma
330 publicada e se com isso poderia haver talvez uma nova prorrogação. Mas a
331 minha dúvida foi com relação a datas, prazo. Já que não há um prejuízo no
332 caso de tirar de pauta, porque o empreendimento não está implantado nem
333 está esperando essa licença para implantar. E na próxima reunião, ou quando
334 a SEMAD entendesse, nós teríamos essa resposta.” Conselheira Maria
335 Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu quero requerer que todo parecer tenha
336 uma data. Eu observei que esse Parecer Unico é de um processo de
337 licenciamento de 2009 e que não tem uma data. Que data é esse Parecer
338 Único. Não se podem esquecer datas em Pareceres Únicos, assim como em

339 qualquer documento. Outra dúvida é: no texto do Parecer Único, diz que no
340 dia 19 de agosto de 2009 foi publicada a decisão da LP, e informa que em 17
341 de setembro de 2016 o empreendedor interpôs recurso. Pelo que eu conheço
342 da legislação, para entrar com recurso são 30 dias. Se é um recurso que
343 entrou – de 2009 para 2016 – sete anos depois, a primeira pergunta: a data
344 está errada, e foi 17 de setembro de 2009? Se o recurso foi em 17 de
345 setembro de 2009, onde este processo ficou para estar pautado agora nesta
346 reunião? Se foi em 17 de setembro de 2016 que se interpôs o recurso, não
347 deveria nem ter sido aceito e muito menos pautado, porque a um recurso só
348 se pode dar entrada 30 dias depois da decisão publicada. Então, eu reitero a
349 importância de Pareceres Únicos terem data, apelo para que haja muito
350 cuidado ao se fazer. Porque nós somos surpreendidos sempre com questões
351 que não são tão complexas e que são falhas e não podem acontecer. E eu
352 quero aproveitar o momento para fazer uma solicitação que nós, sociedade
353 civil, vamos fazer em todas as Câmaras. É fundamental disponibilizar o KMZ
354 ou o dado georreferenciado (KMZ é mais fácil do que outras bases de
355 shapes). Porque não há como o conselheiro ou nós, cada um na sua
356 atividade, fazer uma análise de um Parecer Único ou entrar no Siam para
357 conhecer mais os documentos e o empreendimento, para poder se posicionar
358 aqui, tendo que pegar uma coordenada em um PDF, para depois transformar
359 no Google Earth. A questão da informação e do acesso à informação
360 ambiental contempla esses tipos de ferramentas básicas. Então, isso poderia
361 vir junto. Na hora que sair a pauta, que junto venham Parecer Único, os
362 documentos daquele processo em discussão, que vai estar pautado, e já
363 venha o arquivo com o KMZ ou com os KMZs que envolvem aquele
364 empreendimento. Isso qualifica tanto para a sociedade que acessa o que está
365 em pauta quanto para quem está fazendo essa atuação aqui nos Colegiados
366 do COPAM.” Presidente Breno Esteves Lasmar: “Está registrado. Eu vou
367 verificar a possibilidade de disponibilizar e como seriam os meios com que
368 possamos atender, e traremos o retorno sobre essa questão. Eu estou vendo
369 que está tendo certa dúvida com relação a questões tanto de datas que foram
370 colocadas e questões que talvez possam ser melhor esclarecidas. Este
371 processo, para ter sido pautado, com toda certeza, tem elementos para ser
372 avaliado, o que não aconteceu à época porque essa distância de 2009 para
373 2016 é realmente muito significativa. Pode ser que tenha havido algum
374 equívoco na questão, mas acredito que não. De toda forma, eu acho que seria
375 mais prudente, para a segurança de todos na tomada de decisão, que
376 possamos baixar em diligência este processo, fazer uma avaliação, e, assim
377 que tivermos um retorno mais positivo sobre a questão, com todo o conteúdo,
378 poderemos esclarecer esses pontos. Nós vamos baixar em diligência para
379 certificar os fatos que estão sendo apresentados, em especial, com relação à
380 questão de datas, e o retorno deste processo para julgamento na próxima
381 reunião. Nós não vamos voltar com o processo para que seja deferido. Nós

382 vamos fazer com que este processo seja reavaliado sob o aspecto das datas
383 que estão sendo informadas, para que possamos ter tranquilidade. A
384 conselheira acabou de indicar um aspecto temporal de sete anos, o que não
385 sabemos referenciar. Será feita a avaliação, o processo está baixado, e nós
386 vamos trazê-lo na próxima oportunidade, assim que tiver o esclarecimento
387 sobre todas essas questões.” A conselheira Maria Teresa Viana de Freitas
388 Corujo registrou ainda as seguintes considerações sobre o processo: “É
389 importante realmente vermos o encaminhamento sobre recursos. Se
390 realmente foi desde 2009 e sete anos depois chega a esta Câmara, é
391 estranho. Outra coisa. Nós estamos com recursos de Maravilhas III, Ministério
392 Público, Condomínio Vale dos Pinhais, ONG da sociedade civil. Tem recurso
393 de atingidos de Conceição do Mato Dentro esperando há mais de dois anos.
394 No entanto, o recurso da Anglo American está pautado na reunião de
395 amanhã. Tem recurso de atingido em Brumadinho há mais de um ano, que
396 não foi pautado. Então, quando agora confirmamos que o recurso que entrou
397 em 2009 chega a esta Câmara, eu estou propondo que a Advocacia ou a
398 Assessoria Jurídica do COPAM informe a esta URC, com justificativa, o que
399 está ocorrendo com os recursos aos quais é dada entrada em 30 dias e que
400 não têm nenhuma resposta para quem entrou com o recurso. Isso é muito
401 grave.” Presidente Breno Esteves Lasmar: “Nós temos que entender também
402 que existe o prazo para o empreendedor recorrer, mas existe o prazo para
403 avaliação interna das questões. Muitas vezes – não estou dizendo que é o
404 caso –, nós podemos ter uma demora devido até mesmo ao grau de
405 complexidade do processo e das argumentações que vão levar a um
406 aprofundamento da análise. Isso faz com que um processo ou outro que está
407 distribuído tenha uma celeridade maior ou menor na sua aptidão para trazer
408 para a decisão de vocês.” Conselheira Paula Meireles Aguiar: “A Teca focou
409 muito o recurso contra licenciamento, mas muitos aqui são membros da CNR
410 também, e nós vemos que, em relação aos recursos contra autuação, da
411 mesma forma, precisa ter uma metodologia. No caso, a multa e os juros,
412 correção monetária, começam a incidir a partir da defesa. Então, se o Estado
413 demora 20 anos para julgar, ele paga 20 anos de juros e correção monetária.
414 E com a novidade que, a partir dos últimos meses, eles resolveram trocar a
415 correção monetária do TJ pela taxa Selic. Então, são 20 anos de correção
416 monetária da taxa Selic, sem qualquer culpa ou nada que o empreendedor
417 pudesse fazer, porque ele tem que esperar a SEMAD. Então, é uma questão
418 muito séria a questão do recurso, para os dois lados, e o que ela pede é uma
419 metodologia ou uma explicação ou uma ordem, até para que possamos
420 depois cobrar aqui a multa. Que a correção monetária seja depois, que haja a
421 suspensão da licença. Então, a partir dessa metodologia que nós pudéssemos
422 pensar nisso. E que olhe para os dois lados, tanto a questão de quando é
423 licença quanto da multa.” Presidente Breno Esteves Lasmar: “Essa questão
424 da correção, de juros e de adequações que precisam ser feitas é muito séria

425 mesmo e requer um esforço maior.” **9) PROCESSO ADMINISTRATIVO**
426 **PARA EXAME E DELIBERAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO. 9.1)**
427 **Auto Forjas Ltda. Produção de forjados, arames e relaminados de aço**
428 **com tratamento químico superficial. Sete Lagoas/MG. AI 457/2007.**
429 **Classe: 5. Apresentação: Procuradoria FEAM.** Proposta de termo de
430 compromisso deferida por unanimidade nos termos do parecer da FEAM, com
431 abstenções dos conselheiros Francisco Chaves Generoso, Júlio César Dutra
432 Grillo e Maria Teresa Viana de Freitas Corujo. Justificativas de abstenções de
433 voto – Conselheiro Francisco Chaves Generoso: “Em razão de uma
434 recomendação do Ato Orientativo da Corregedoria Geral do Ministério Público
435 no sentido de que nós participemos de conselhos, mas que não exerçamos o
436 nosso direito a voto, embora possamos exercer o nosso direito a voz, para
437 que não nos vinculemos a nenhuma decisão que eventualmente possa vir a
438 ser questionada pela própria instituição.” Conselheiro Júlio César Dutra Grillo:
439 “Eu me abstenho por não conhecer o processo.” Conselheira Maria Teresa
440 Viana de Freitas Corujo: “Eu me abstenho.” **10) PROCESSOS**
441 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE REQUERIMENTOS PARA**
442 **INTERVENÇÕES AMBIENTAIS EM BIOMA MATA ATLÂNTICA, EM**
443 **ESTÁGIO DE REGENERAÇÃO MÉDIO OU AVANÇADO, NÃO**
444 **VINCULADOS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL. 10.1)** Paulo Henrique
445 **Alves Pereira / Condomínio Passárgada, Alameda da Poesia, Lote 112.**
446 **Infraestrutura. Nova Lima/MG. PA 09010001397/15. Área de RL: 0,0000**
447 **hectares. APP: 0,00000 hectares. Área Requerida: 0,0530 hectares. Área**
448 **Passível de Aprovação: 0,0530 hectares. Fitofisionomia: Floresta**
449 **Estacional Semidecidual Montana Secundária. Estágio de Regeneração:**
450 **Médio. NRRRA Belo Horizonte.** Processo retirado de pauta com pedido de
451 vista da conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo. **10.2) COC**
452 **Participações Ltda. Condomínio Quintas do Sol, Quadra 24, Lote 01.**
453 **Infraestrutura. Nova Lima/MG. PA 09010001179/15. Área de RL: 0,0000**
454 **hectares. APP: 0,00000 hectares. Área Requerida: 0,0323 hectares. Área**
455 **Passível de Aprovação: 0,0323 hectares. Fitofisionomia: Floresta**
456 **Estacional Semidecidual Montana Secundária. Estágio de Regeneração:**
457 **Médio. NRRRA Belo Horizonte.** Processo retirado de pauta com pedido de
458 vista da conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo. **10.3) Luciana**
459 **Vieira Milanez / Condomínio Quintas do Sol. Quadra 26, Lote 01.**
460 **Infraestrutura. Nova Lima/MG. PA 09010000286/15. Área de RL: 0,0000**
461 **hectares. APP: 0,00000 hectares. Área Requerida: 0,126285 hectares.**
462 **Área Passível de Aprovação: 0,0664 hectares. Fitofisionomia: Floresta**
463 **Estacional Semidecidual Montana Secundária. Estágio de Regeneração:**
464 **Médio. NRRRA Belo Horizonte.** Processo retirado de pauta com pedido de
465 vista da conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo. **10.4) Vera Lúcia**
466 **Lessa Rocha / Fazenda Gineta, Quinhão 11. Infraestrutura. Sete**
467 **Lagoas/MG. PA 02040000223/15. Área de RL: 0,8200 hectares. APP:**

468 **0,1327 hectares. Área Requerida: 0,2040 hectares. Área Passível de**
469 **Aprovação: 0,0000 hectares. Fitofisionomia: Floresta Estacional**
470 **Semidecidual Montana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio e**
471 **Avançado. NRRA Sete Lagoas.** Processo retirado de pauta com pedido de
472 vista da conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo. **11) PROPOSTA**
473 **DE AGENDA ANUAL PARA AS REUNIÕES DA UNIDADE REGIONAL**
474 **COLEGIADA RIO DAS VELHAS DO COPAM PARA O ANO DE 2017.**
475 **Apresentação: Supram Central Metropolitana.** Aprovada por unanimidade a
476 agenda anual de reuniões da Unidade Regional Colegiada Rio das Velhas,
477 com previsão de sessões ordinárias bimestrais, conforme proposta
478 apresentada pela Supram. A Presidência acatou sugestão dos conselheiros
479 Maria Teresa Viana de Freitas Corujo e Júlio César Dutra Grillo para que
480 sejam pautadas reuniões extraordinárias para tratar de temas específicos,
481 como os levantados nesta sessão, no item Comunicados dos Conselheiros.
482 **12) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o
483 presidente Breno Esteves Lasmar agradeceu a presença de todos e declarou
484 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

485
486 **APROVAÇÃO DA ATA**
487

488
489 **Breno Esteves Lasmar**
490 **Presidente suplente da URC Rio das Velhas**